

“Falhas” são reconhecidas

Mesmo quem participa do projeto legislativo aponta falhas na criação e aprovação de leis. “O grande problema é que, às vezes, a lei não é utilizada na defesa da cidade, mas como instrumento eleitoreiro”, opinou o deputado e promotor de Justiça Chico Leite (PT).

Líder do PT em 2002, ano de eleições e de uma enxurrada de leis complementares que transferiram lotes a instituições religiosas, o deputado Chico Floresta lamenta o desgaste que representa à Câmara a decisão do Tribunal de Justiça do DF. “Houve casos em que os projetos tinham parecer técnico desfavorável, mas na maioria das vezes prevaleceu a decisão dos deputados.” Floresta, que afirma não ter apresentado projetos do gênero, negociou uma espécie de “moratória” de quatro anos com o Governo do Distrito Federal (GDF) para que fosse suspensa a votação de leis que interferissem no ordenamento territorial do DF.

Governador em exercício até hoje, o presidente da Câmara Legislativa, deputado Fábio Barcellos (PFL), reconhece “falha” na edição das leis distritais, apesar de não ter feito parte das legislaturas que aprovaram os projetos considerados inconstitucionais pelos desembargadores do TJDF. “Houve uma falha nossa enquanto parlamentares. Talvez, por vontade de o deputado ver seu projeto aprovado, o fator político se sobressaiu sobre o técnico.”

CCJ fortalecida

Fábio Barcellos busca a reestruturação da Procuradoria da Câmara Legislativa e o fortalecimento da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa para barrar novos erros. “Isso fará com que os projetos não sejam encaminhados contendo vícios formais ou materiais. Não adianta vê se cola. Temos de trabalhar dentro do limite da legalidade.”

Ainda que contrário às leis complementares, o distrital Chico Floresta, que responde pela Casa no afastamento temporário de Fábio Barcellos, disse que enviará o assunto para análise na Procuradoria. “Tenho a obrigação de acioná-la para que ela avalie o teor dessa decisão (do TJDF) e bali-ze o procedimento parlamentar daqui para frente”, avisou Floresta.

Procurado pelo **Correio**, o atual presidente da CCJ da Câmara Legislativa, deputado Júnior Brunelli (PP), não quis se manifestar a respeito do assunto. Integrante da bancada evangélica do DF, ele tem reunião agendada com representantes dos conselhos de pastores de Brasília.